

EDITORIAL

Kleber Prado Filho
Caçador, agosto de 2018

Este é o segundo número da Revista Professare, no ano de 2018. É um número que marca um tempo obscuro em termos de futuro, estamos nos aproximando de um período muito confuso em termos políticos partidários na sociedade brasileiro, com indícios de polarizações que podem enfraquecer a condição socioeconômica de sociedade brasileira perante o cenário mundial. É necessário dar o tempo ao tempo para que seja possível um olhar mais criterioso, entretanto, já paira um certo desconforto dos grupos sociais. No sentido da valorização de experiências educacionais, que podem fortalecer a construção de um projeto educacional importante para o Brasil, é que este número é disponibilizado aos leitores.

Como primeiro artigo deste número temos a entrevista do professor Saturnino de la Torre concedida à professora Marlene Zwierewicz por ocasião do Encontro de Escolas Criativas realizado em Santa Catarina no ano de 2018. Neste diálogo o entrevistado discorre sobre sua experiência no campo da educação e particularmente sobre a parceria firmada entre Brasil e Espanha referente à iniciativa de desenvolvimento de Escolas Criativas em Santa Catarina a partir da perspectiva de um paradigma ecossistêmico, transdisciplinar, que utiliza projetos como estratégia educativa que envolve alunos, professores e instituição escolar, destacando entre eles os Projetos Criativos Ecoformadores, além de ressaltar o caráter de polinização da investigação, que possibilita a sustentação e difusão da experiência.

No segundo artigo, intitulado: *Relações entre a qualidade na educação e as avaliações em larga escala no Brasil*, as autoras Juliana Pedroso Bruns e Camila da Cunha Nunes fazem uma análise bibliográfica em documentos oficiais e textos de autores que se dedicam à questão relativa às implicações dos índices obtidos nas avaliações em larga escala sobre a qualidade educacional no país. Esta temática ganha importância, segundo elas, à medida que se leva em conta a organização do ensino em ciclos e que os resultados obtidos nas avaliações subsidiam a formulação e monitoramento das políticas públicas em educação nos âmbitos municipal, estadual e federal, visando contribuir para a melhoria do ensino. A leitura procedida e aqui apresentada mostra, de forma crítica, que tais avaliações, em vez de expressar ou contribuir para a melhoria da qualidade educacional, operam como instrumentos de poder e controle do

trabalho escolar, além de fortalecer a meritocracia na instituição de ensino, visto que o desempenho obtido determina a pontuação atingida pela escola, que por sua vez implicará no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

Flamissiano Izidio Batista apresenta no artigo subsequente – *Professores na luta de classe: relembando Lukács* – uma leitura do texto História e consciência de classe de Georg Lukács em termos das suas contribuições no sentido da união e formação de uma consciência de classe entre trabalhadores, particularmente professores, buscando estender esta reflexão ao contexto do professorado de educação básica pública no Brasil. O autor argumenta de uma perspectiva crítica, dialética, materialista histórica, num diálogo com a tradição marxista, problematizando a proletarização do professorado, sua constituição e organização como classe trabalhadora, a formação de uma consciência coletiva crítica entre eles e sua mobilização em termos luta de classes, de um enfrentamento radical da exploração capitalista. Ele analisa ainda, de uma perspectiva histórica, o processo de sindicalização docente no país, destacando sua importância no sentido da união e mobilização política, bem como da formação de uma consciência de classe do professorado brasileiro.

O próximo artigo, intitulado: *A cidadania da pessoa com deficiência: relato da prática pedagógica de uma professora em uma APAE do Vale do Itajaí*, refere-se a um relato de experiência da prática pedagógica em educação especial das professoras Graziela Boaszczyk Dalcastagner e Camila Cunha Nunes numa unidade da APAE no Vale do Itajaí, com foco na formação de sujeitos ativos e críticos, preparados para exercício de cidadania, que destaca a importância do trabalho social e pedagógico levado a efeito nestas instituições. As autoras descrevem ali o trabalho por elas realizado junto à turma da Iniciação para o Trabalho que, além de buscar desenvolver capacidades e habilidades produtivas, operativas, usa a atividade como espaço de convívio, entendendo que o trabalho, mais que produção, é instrumento de sociabilidade, inclusão, formação e exercício de cidadania. Segundo as autoras, a metodologia aplicada na atividade toma o sujeito muito além da sua deficiência, levando em conta seu ritmo e seus limites, quebrando as barreiras dos preconceitos, numa postura ética de inclusão e respeito às diferenças.

O quinto artigo deste número trata de uma experiência pedagógica em educação ambiental realizada no âmbito da Educação Infantil e relatada pelas responsáveis pelo desenvolvimento da atividade, Camila Maboni e Elis Regina Mazzurana, sob o título: *Educação ambiental: uma experiência na Educação Infantil*. Conforme relato, o projeto foi implantado numa escola pública municipal de Caçador/SC para um coletivo de crianças de 4 a 6 anos, com foco na sensibilização e conscientização das crianças a respeito de cuidados com o meio

ambiente envolvendo o tratamento de resíduos sólidos, a plantação e manutenção de uma horta escolar. A atividade foi norteada pelo princípio segundo o qual quanto antes o sujeito for sensibilizado para as questões ambientais, mais efetivos serão os efeitos desta intervenção sobre o seu comportamento e conclui que a educação ambiental é um instrumento essencial à mudança de hábitos sociais e individuais quanto aos cuidados cotidianos com o meio ambiente, e ainda, que a Educação Infantil é um espaço estratégico para o desenvolvimento de uma postura consequente nas relações com a natureza.

O sexto e último artigo deste número – *Políticas públicas de gênero no contexto escolar: percepções de orientadoras educacionais*, de autoria de Lúcia Aulete Burigo Sousa; Mareli Eliane Graupe e Geraldo Augusto Locks – resulta de uma pesquisa documental e de campo voltada à temática das políticas públicas de gênero no contexto escolar. A questão colocada para o estudo busca conhecer as contribuições decorrentes da implementação de políticas públicas em contextos escolares, bem como as percepções de orientadoras educacionais a respeito deste processo. A pesquisa, de caráter qualitativo, em sua vertente documental debruçou-se sobre o Plano Municipal de Educação, o Projeto Político Pedagógico e o Plano Anual de quatro escolas de Ensino Fundamental de uma rede municipal no Estado de Santa Catarina escolhidas para participar do estudo. A investigação de campo consistiu na aplicação de entrevistas focalizadas às orientadoras educacionais de cada uma destas escolas, visando conhecer suas percepções relativas à implementação de políticas públicas de gênero nestes espaços. As informações obtidas neste procedimento foram analisadas a partir da utilização da técnica de análise de conteúdo de Bardin. Em termos de resultados constatou-se, em síntese, que muitas vezes falta conhecimento a respeito de tais políticas e mesmo quando este conhecimento existe nota-se uma grande distância entre o conhecer e o agir, por eles caracterizada como uma ruptura entre o saber e o fazer pedagógico.

Agradecemos a participação dos autores e desejamos que os textos tragam contribuições, pessoais e profissionais, importantes aos leitores.